

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Caiado veta 63 propostas do Legislativo em 6 meses

REJEIÇÃO Número é bem superior ao registrado em gestões anteriores; inconstitucionalidade das leis aprovadas pela Assembleia é a justificativa para a maioria dos vetos pelo Executivo

Bruna Aídar
bruna.aidar@opopular.com.br

Nos seis primeiros meses de mandato, o governador Ronaldo Caiado (DEM) vetou um total de 63 autógrafos de lei da Assembleia Legislativa, a maioria deles, 53, integralmente. O número é quase o dobro do que vetou o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) no seu quarto e último mandato, que começou em 2015 – naquele ano, o tucano vetou 35 matérias.

Em relação ao número de vetos de Marconi no primeiro semestre do terceiro mandato, em 2011, foram 40 a mais e, se comparado à gestão de Alcides Rodrigues (Patriota), que se iniciou em 2006, 49. 13 dos vetos do atual governo, contudo, consideram pareceres elaborados ainda no governo anterior, de José Eliton (PSDB). Nestes casos, já havia manifestação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), mas o então governador não se manifestou antes de deixar o cargo.

Na maior parte dos casos, o motivo apontado pela PGE e pelas secretarias envolvidas é a inconstitucionalidade das propostas aprovadas pelos parlamentares. Em 50 destes vetos, por exemplo, os pareceres apontam vício de iniciativa, com invasão da competência do Executivo estadual ou desrespeito às prerrogativas dos poderes em 34 ocasiões; e interferência em legislação privativa da União ou de outras esferas como os municípios em outras 13.

Também há casos em que já havia lei, estadual ou federal que tratava sobre o tema em discussão; ou em que o deputado queria alterar a denominação de uma rodovia, por exemplo, que já tinha nome.

Em algumas situações, como no autógrafo de lei que visava proibir “telemarketing” fora do horário comercial, o parecer aponta que já existe projeto sobre o tema tramitando no Congresso Federal que, se aprovado, resultaria na anulação da legislação estadual e, por isso, poderia acabar gerando insegurança jurídica para empresas do ramo e, consequentemente, afetar a oferta de vagas de emprego no setor.

JUSTIFICATIVA

Chamam atenção, ainda, dois projetos rejeitados com base na situação de “notório desequilíbrio fiscal” apontado pelo governo atual: foi a justificativa utilizada por Caiado para vetar, por exemplo, um projeto de lei

Discordância jurídica

Em comparação aos seis primeiros meses de mandato dos seus antecessores, Caiado praticamente dobrou o número de vetos a projetos aprovados na Assembleia Legislativa

GOVERNADOR	INÍCIO DO MANDATO	QUANTIDADE DE VETOS
Alcides Rodrigues (Patriota)	2006	14
Marconi Perillo (PSDB)	2011	23
Marconi Perillo (PSDB)	2015	35
Ronaldo Caiado (DEM)*	2019	63

* Não vetou nenhuma lei complementar até agora. Os demais levantamentos consideram ordinárias e complementares

RAZÃO DE VETO

Inconstitucionalidade	Vício de iniciativa entre poderes	34
	Vício de iniciativa entre esferas	16
Prevê legislação já existente ou contraria norma em vigor	Já existe lei específica	6
	Altera denominação	4
Pela situação fiscal do Estado		2
Sem pertinência temática		1

GOVERNO**

Referentes à atual gestão	50
Referentes à antiga gestão	13

** Houve casos em que o parecer pelo veto foi elaborado na gestão passada (José Eliton-PSDB), mas a mensagem de veto foi assinada por Caiado

TRAMITAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Tramitando	56
Parcialmente mantido	2
Mantido	4
Rejeitado	1

TIPOS DE VETOS

Integral	53
Parcial	10

Fonte: Governo de Goiás/Portal de Transparência da Assembleia Legislativa

“

Eu não posso comparar número, tenho que comparar a justificativa e o embasamento do projeto”

Ronaldo Caiado, governador de Goiás, sobre seus vetos e de ex-gestores do Executivo

relativo à Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2019: em março, a Casa derrubou os trechos que tratavam de dotações referentes ao Legislativo, ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e ao Corpo de Bombeiros. Por outro lado, os que diziam respeito a emendas coletivas de deputados e a algumas apresentadas individualmente pelo deputado Henrique Arantes (PTB) e pelo atual vice-governador, Lincoln Tejota (Pros), foram mantidos.

Já o único veto rejeitado até agora diz respeito a um projeto de lei do ex-deputado estadual (hoje, federal) Francisco Jr. (PSD), que criou um programa de Integridade ao qual as empresas que contratarem com o Estado terão que aderir. Ele foi derrubado em uma articulação com o próprio governador porque resultava, na prática, em uma possibilidade de o Estado usar recursos recuperados de operações contra corrupção para reformar escolas.

CAIADO

Sobre o aumento no número de vetos, o governador declarou ao POPULAR que não vê lógica na comparação com gestões anteriores: “Eu não posso comparar número, tenho que comparar a justificativa e o embasamento do projeto. A quantidade é insignificante diante do que qualquer Executivo tem que cumprir da lei”.

“O veto, ou é vício de iniciativa, ou senão que impõe gastos ao Executivo. Ora, se estou em uma situação de calamidade financeira, não tenho como aumentar despesa. Não é um veto a uma proposta específica do Legislativo, é uma decisão tomada em conjunto com a PGE, legal, constitucional. Eu como deputado posso elaborar 300 projetos e, às vezes, por uma questão de companheirismo, algum em questão é aprovado, mas o deputado sabe que vai ser rejeitado.”



Alcides Rodrigues (Patriota): 49 vetos a menos que Caiado



Marconi Perillo (PSDB): metade de vetos no quarto mandato



Ronaldo Caiado (DEM): 50 vetos atribuídos a vício de iniciativa

que criava o “Prêmio Cidade Golana Acessível”, para os municípios que melhor adaptassem os aparelhos públicos a pessoas com deficiências.

Embora já tenham sido enviados à Assembleia, a grande maioria dos vetos, 56, ainda aguarda votação no Plenário. Dos sete que foram analisados

pelos deputados até agora, quatro foram mantidos e dois, parcialmente mantidos.

O exemplo mais notório de veto parcialmente mantido foi



Xadrez

Rubens Salomão | xadrez@ohoje.com.br

Governo retomará 'revisão' de incentivos em setembro

Apesar dos questionamentos de representantes do setor produtivo, como do presidente da FIEG, Sandro Mabel, o governo estadual mantém a posição de que a discussão sobre os incentivos fiscais e créditos outorgados, marcada ainda no ano passado para setembro próximo, servirá para corrigir distorções na concessão de benefícios no estado. Como antecipado aqui, os empresários esperam retomar as condições anteriores ao acordo do fim de 2018, que resultou em aumento da receita estadual neste ano. No entanto, a tendência na gestão de Ronaldo Caiado (DEM) é contrária.

“A questão dos incentivos ainda precisa de revisão em Goiás. Não é que seja para mais ou para menos. Entendemos que a dosimetria não está adequada. Ou seja, a renúncia fiscal não é coerente com os benefícios gerados para o estado”, afirma o próximo presidente da CODEGO, Pedro Sales.



Legalidade

Empresários acreditam que novos cortes de incentivos seriam ilegais, já que todos os benefícios foram regulamentados por lei estadual e, depois, convalidados em âmbito nacional. Alegam ter segurança jurídica.

Interpretação

“Já tinham alegado isso no ano passado. A questão é que, da forma como foi feita a convalidação, cada empresa terá que assinar um novo contrato com o estado”, define Pedro. É no novo acordo que entrarão as “correções”.



'Nunca existiu uma grande inteligência sem uma veia de loucura' - Aristóteles

Café da Manhã

ULISSES AESSE

ulissesaesse6@gmail.com



Certo

O governador **Ronaldo Caiado** (foto) está no caminho certo. Terminando de quitar o calote do governo passado junto aos servidores (o salário de dezembro), colocando a casa em ordem e buscando recursos (socorro), já que o **Estado** lhe foi entregue com um rombo de mais de R\$ 6 bilhões.



Governador vai mostrar “situação financeira” do Estado aos deputados

O governador Ronaldo Caiado (DEM), em entrevista coletiva, ontem, afirmou que aguarda o retorno da Assembleia Legislativa (Alego), no início de agosto, para encaminhar novos projetos “que somos instados a fazer pelas exigências de ingresso

ao Regime de Recuperação Financeira (FFR) do Governo Federal.

O democrata disse acreditar que todos os deputados estaduais, independentemente das siglas e questões partidárias, “têm um sentimento de defesa do Estado”. Para ele, ninguém

deverá “jogar contra” a aprovação das medidas na Casa de Leis.

O governador assegurou que irá convidar os deputados da base aliada para uma reunião com toda a equipe do governo. A ideia é “mostrar a realidade do Estado e o que está

previsto para o futuro.”

Segundo Caiado, o presidente Jair Bolsonaro também está a par da situação enfrentada por Goiás. “Tenho falado também com o ministro Paulo Guedes e continuarei com as nossas reuniões para tratar sobre esse e outros assuntos”, garantiu.

Caiado defende que Goiás possa integrar o Regime de Recuperação Financeira para que não caia na mesma situação do Rio de Janeiro: “Com atrasos de cinco me-

ses, aposentados sem receber em dia”, exemplificou. “Precisamos ter responsabilidade para tomar essas medidas. Precisamos manter o Estado em condições de arcar com seus compromissos na área da saúde, educação, pagamento dos servidores e outros”, declarou o chefe do Executivo. Para ele, do contrário, o estado continuará totalmente “asfixiado” e sem condições de “alavancar” sua capacidade de produção para deixar a crise.